

# RADAR FEMINISTA

CONGRESSO NACIONAL – 27 a 31 DE JULHO • 2020

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA/CFEMEA

Na semana passada, o principal tema da pauta do Congresso Nacional foi o **FUNDEB**. A renovação do Fundo foi aprovada na terça-feira e seguiu para o Senado. Pode voltar se tiver novas alterações ao texto, mas não precisa ir para a sanção presidencial. **A situação do FUNDEB afeta diretamente as mulheres brasileiras, que são maioria dentre profissionais da área e as mais afetadas pela situação do ensino das crianças.** As organizações em defesa da educação defendiam que a União aumentasse sua complementação para o valor mínimo previsto para cada estudante, de 10% para 40%. O Congresso aprovou 23%. O Executivo ainda tentou adiar a sua continuidade para 2022, mas foi derrotado.

Também foi aprovado e remetido ao senado o **PL 735/2020**, que cria abono destinado à agricultura familiar e a feirantes em razão da pandemia do COVID-19. projeto era do interesse do Movimento de Mulheres Camponesas e outros movimentos sociais do campo. Outro debate importante que está em tramitação é sobre a necessidade de prorrogação do auxílio emergencial. O grupo favorável à **proposta de que ele se torne permanente** está ganhando mais adesão da sociedade. Dia 21 foi lançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica, com mais de 200 parlamentares da Câmara e do Senado.

Nesta semana, duas grandes bancadas – DEM e MDB – resolveram deixar o bloco de partidos do Centrão. Comandado pelo deputado Arthur Lira (PP-AL), o bloco aglutinava PL, PP, PSD, MDB, DEM, Solidariedade, PTB, Pros e Avante. De 221 deputados, o Centrão passou a ter 158. Já o Senado **anunciou que as votações secretas vão ser presenciais**. Com terminais de votação, senadores e senadoras não precisarão sair dos carros.

No último sábado, 25, tivemos o ápice do o “Julho das Pretas”, que remete ao dia da mulher afro-latino americana e caribenha. Diferentes organizações divulgaram campanhas visibilizando a importância das mulheres negras na luta pelo fim do racismo patriarcal. O CFEMEA publicou o artigo **Julho das Pretas – viva a força, resistência e luta das mulheres negras**.

## Em pauta na semana

**Na pauta desta semana na Câmara**, destacamos a **MP 944/2020**, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado à realização de operações de crédito com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados. Por enquanto, nenhum susto ou urgência nas pautas de interesse mais direto dos movimentos de mulheres.

## Projetos aprovados

O **PL 735/2020**, que cria abono destinado a feirantes e agricultores familiares em razão da pandemia do COVID-19, agora vai ser discutido no Senado Federal. De autoria do deputado Enio Verri e outros 46 parlamentares do PT, o projeto permitirá que o considerável contingente de agricultoras e agricultores familiares “invisíveis”, ainda não atendidos pela maior parte das políticas públicas do setor, sejam beneficiadas/os. As medidas incluem transferência emergencial de recursos financeiros da União para a subsistência familiar e a ampliação do limite para venda da produção no âmbito do Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar, além de mais apoio financeiro emergencial. A proposta confere um grau diferenciado de benefícios à mulher agricultora familiar, contemplada pelo substitutivo com condições mais favorecidas na linha de crédito emergencial e no fomento emergencial de inclusão produtiva rural.

Na votação do FUNDEB, o **parecer** da relatora Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), foi aprovado. O substitutivo entrou em votação e venceu por 499 votos favoráveis e 7 contrários no primeiro turno, e 492 votos favoráveis e 6 contrários no segundo turno. O atual modelo do FUNDEB terminava sua vigência em dezembro de 2020, por isso a necessidade de uma revisão da norma Constitucional, agora tornando-a permanente. A matéria vai ao Senado Federal.

A **Medida Provisória 986/2020**, que estabelece a forma de repasse pela União dos valores para ações emergenciais de apoio ao setor cultural teve o **parecer** aprovado, com rejeição de todas as emendas. E a **MP 934/2020** (PLV 22/2020), que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior em decorrência da pandemia teve o parecer aprovado por unanimidade e vai à sanção presidencial.

Por fim, destacamos o **PL 795/2020**, que dispõe sobre financiamento do Minha Casa Minha Vida durante a pandemia também teve aprovado o **parecer** do relator na forma do Substitutivo. As matérias vão ao Senado Federal.

## Novas proposições apresentadas

### *Propostas para o enfrentamento à violência contra as mulheres*

O **PL 3858/2020**, de autoria da deputada Flordelis (PSD/RJ), altera a Lei Maria da Penha para estabelecer multa pecuniária para o agressor que descumpra a medida protetiva que o obrigue a participar de programas de recuperação, reeducação e de acompanhamento psicossocial. Já o **PL 3878/2020**, de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), altera a Lei Maria da Penha e a lei sobre o SINE, para

dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar pelo Sistema Nacional de Emprego.

A deputada Carla Dickson (PROS/RN) apresentou o **PL 3855/2020**, que institui em âmbito nacional o “Agosto Lilás”, mês a ser dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

E a deputada Áurea Carolina (PSOL/MG), que integra a Frente Parlamentar Feminista Antirracista, apresentou o **REQ 1917/2020**, solicitando a coautoria do **PL 1291/2020**, que assegura medidas de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei Maria da Penha e no Código Penal durante a pandemia, transformado na **Lei nº 14.022/2020**.

### ***Projetos tentam garantir direitos às mulheres gestante e mães de crianças pequenas***

A deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC) apresentou um projeto que determina o afastamento do trabalho presencial de trabalhadoras gestantes enquanto persistir a Pandemia (**PL 3932/2020**).

Já o **PL 3869/2020**, de autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), altera a lei que Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para dispor sobre o retorno ao trabalho de gestantes, de mães de filhos de até cinco anos, de idosos e de pessoas com deficiência durante e após o estado de calamidade pública, possibilitando a continuação do trabalho à distância para esses grupos.

E o **PL 3913/2020**, de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), prorroga em caráter excepcional o período final da licença maternidade até ser declarado o fim da Pandemia. Seriam beneficiadas as trabalhadoras seguradas do regime geral de previdência social, as servidoras públicas e as empregadas públicas de todos os entes da federação.

### ***Redução dos salários de políticos e demais autoridades das cúpulas dos três poderes***

O **PL 3891/2020**, de autoria do deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA), estabelece a redução de 50% dos salários dos políticos. De Vereador a Presidente da República, Ministros, Secretários e demais autoridades das cúpulas dos Três Poderes da União, Estados e Distrito Federal e Municípios. Valeria enquanto perdurar o estado de calamidade pública em razão do Covid-19, visando economizar recursos para serem destinados aos mais carentes.

### ***E seguem as tentativas do governo Bolsonaro de afrouxar o controle de armas***

O **PDL 342/2020** (Alessandro Molon - PSB/RJ) e **PDL 341/2020** (Marcelo Freixo - PSOL/RJ) sustentam tentam impedir a revogação da identificação e o rastreamento de armas. O PDL remete ao art. 2º da Portaria nº 423, de 22 de julho de 2020, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

## ***Adoção de medidas emergências de proteção aos povos indígenas***

O deputado Jesus Sérgio (PDT/AC) apresentou a **INC 752/2020** e a **INC 751/2020**, sugerindo a adoção de medidas de proteção social para Enfrentamento à Covid-19 com ações de apoio aos territórios indígenas. As indicações são para o Ministério da Saúde e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que, em parceria, por meio da FUNAI. Importante lembrar que vários apoios às comunidades indígenas e quilombolas em projeto de lei anterior tiveram vetos absurdos da Presidência da República.

## ***O governo federal encaminha ao Congresso Nacional a primeira parte da Reforma Tributária***

O **PL 3887/2020**, que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) e altera a legislação tributária federal, foi apresentado e junto foi encaminhado também uma Mensagem do Presidente da República, Jair Bolsonaro solicitando o regime de urgência constitucional na matéria. Desta forma, o projeto terá 45 dias para ser votado, e caso não seja concluído nesse prazo, o PL tranca a pauta de votação - impedindo a votação de qualquer outra matéria. Câmara e Senado já discutem duas propostas sobre uma reforma tributária em comissão mista, são elas: **PEC 45/2019** e **PEC 110/2019**. A comissão debaterá agora também sobre o PL 3887.

## ***Vale a pena conferir***

Artigo do SOS Corpo **Baderna e Democracia para derrotar a ultradireita**, para a coluna Baderna Feminista, no site Outras Palavras.

Conheça o manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2020: “**Nem cárcere, nem tiro, nem covid. Corpos negros vivos. Mulheres negras e indígenas, por nós, por todas nós, e pelo bem viver!**”. E também o manifesto: **Mulheres Negras Movem o Mundo**, lançado pela Abong no Julho das Pretas.

**A política sexual em tempos de pandemia: maio e junho de 2020**. Assim como a **primeira edição especial**, esta publicação explora as interseções da política em relação a gênero e sexualidade através das lentes da economia, política e biopolítica, a fim de melhor compreender os significados e efeitos da pandemia em sinergia.

Confira as **informações e orientações do NUDEM** para a mulher que procura atendimento em qualquer equipamento de saúde, público ou particular, devido a complicações decorrentes de um aborto realizado fora das hipóteses autorizadas por lei.

*Radare elaborado pela equipe do **Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA** a partir das informações fornecidas pela **Contatos Assessoria Política** e dos sites da **Câmara** e do **Senado**.*